

Favelas rurais e reforma agrária

Glauco Olinger

Os assentamentos realizados pela reforma agrária brasileira estão mais para a formação de favelas rurais ou de futuros candidatos ao êxodo rural, do que para instituir uma agricultura familiar sustentável e que venha compor uma classe média rural forte sob os pontos de vista social, econômico e político. A sustentabilidade é aqui entendida como um processo em que o uso dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais concretizam o potencial de atendimento das necessidades humanas do presente e do futuro.

Esse objetivo poderá ser alcançado se os assentamentos forem:

- Tecnicamente possíveis. Não se pode praticar a agricultura onde não há água e nem cultivar bananas onde são frequentes as temperaturas abaixo de 0°C. A prática de irrigação é um importantíssimo avanço tecnológico que precisa ser realizado no Brasil. Sem ela qualquer assentamento no Nordeste ou nos cerrados é inviável e, nas demais regiões do país, um erro de visão.

- Economicamente justificáveis. O negócio agrícola deve remunerar o trabalho de forma a propiciar ao assentado uma qualidade de vida aceitável. Terra demasiadamente escassa quanto à área agricultável ou de má qualidade quanto à topografia, fertilidade, pedregosidade e a outros fatores negativos inviabiliza qualquer reforma agrária, sob o ponto de vista da lucratividade que se espera em um país de economia livre.

- Socialmente desejáveis. Não basta oferecer terra e propor atividades em lugares impróprios ou que os agricultores não possam viver como querem. O complexo de necessidades que hoje é considerado indispensável por uma família rural é diverso e significativamente maior se comparado ao existente 50 anos atrás, quando não havia eletricidade, gás, transporte motorizado, praças

de esporte, televisão e outras modernidades que demandam hoje maior renda para que sejam usufruídas.

O assentamento de Altamira, no Pará, é exemplo marcante de desacerto quanto à escolha de local para a implantação de pequenos agricultores. Vinte anos após a ocupação da terra não há 10% das primeiras famílias que lá chegaram.

- Financeiramente viáveis. O assentado necessita de crédito para investimento e custeio com juros e prazos ajustados às características de cada projeto financiado ou atividade. Além disso, é preciso considerar que o dinheiro deve ser corretamente aplicado para que o empréstimo seja liquidado. Daí ser imprescindível que a aplicação do crédito seja acompanhada de eficaz assistência técnica. A maioria dos empréstimos sem uma boa orientação técnica vai ser paga por quem avalizá-los; no caso atual, pelo próprio órgão do governo incumbido da reforma agrária.

- Ecologicamente equilibrados, com o mínimo possível de dano à natureza, e obtenção de produtos sem venenos e outros agentes prejudiciais à saúde do homem. A sustentação do equilíbrio ecológico, a exemplo das considerações anteriores, demanda eficaz assistência técnica, de caráter educacional, aos assentados. Referida assistência é aquela prestada pelos bons serviços de extensão rural.

- Politicamente aceitáveis para que haja maior tranqüilidade na execução da reforma agrária. A experiência vivida nos países latino-americanos demonstra que um dos maiores entraves na realização dos programas governamentais de reforma agrária tem sido a intromissão indevida da política partidária nos órgãos de sua execução. O que hoje se vê na reforma agrária brasileira refoge aos princípios da sustentabilidade. Primeiro porque têm migrado mais agricultores para os centros urbanos do que o número de famílias assentadas. Segundo, concede-se mais vantagens aos assentados do que aos pequenos agricultores tradicionais. Estes, por exemplo, não têm o aval do governo nos seus financiamentos bancários. Terceiro, há mais de 2 milhões de pequenos agricultores brasileiros que têm a posse da terra, casa onde moram, algumas criações e lavouras e não conseguem obter a renda necessária para viver dignamente e, por isso, estão abandonando o campo. Nos países desenvolvidos os pequenos agricultores só conseguem sobreviver à custa de

subsídios concedidos pelos poderes públicos. Como, então, desejar a sustentabilidade dos pequenos agricultores brasileiros ou dos assentados em pequenas propriedades através da reforma agrária, sem subsídios? Pode-se ir mais além: como exigir que os assentados da reforma agrária venham a fazer parte do mercado global de hoje, competindo com agricultores que recebem benefícios governamentais que chegam a reduzir seus custos de produção pela metade, a exemplo dos produtores rurais do Mercado Comum Europeu? Quarto, informa o demógrafo George Martine que nas últimas três décadas 300 mil famílias deixaram o campo, a cada ano, perfazendo o total de 9 milhões de famílias. Entre 1964 e 1994 foram assentadas 217.600 famílias. Para cada família assentada, cerca de 40 migraram para os centros urbanos. Em Santa Catarina, outrora exemplo de força da propriedade rural familiar, a cada assentado pela reforma quatro a cinco produtores rurais têm migrado para as cidades, entre os anos de 1985 e 1995. É de se perguntar o que é mais importante: ajudar um agricultor com terra a nela permanecer e dela obter o seu sustento ou assentar um sem terra?

Tudo leva a crer que os dois casos merecem, no mínimo, igual atenção dos que governam o país. Uma agricultura estável e competitiva, baseada na empresa familiar, não pode ser essa de 2 milhões de produtores excluídos ou mais, nem a dos atuais assentamentos da reforma agrária.

Na grande maioria dos casos, no momento em que forem suspensas as cestas de alimento e o aval dos empréstimos financeiros, os assentamentos tenderão a se transformar em favelas rurais, ou irá ocorrer o abandono dos lotes com o reingresso nas caminhadas de protesto e invasões do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST.

A reforma agrária só foi bem sucedida nos países que a encararam mais como um fato técnico-administrativo do que meramente político-partidário ou eleitoral, como parece ser o caso brasileiro. Ainda que se acredite na boa vontade do presidente da República e do seu ministro da Reforma Agrária.

Glauco Olinger, eng. agr., Cart. Prof. 1.925, Crea-SC, Epagri, C.P. 502, 88034-901 Florianópolis, SC, fone (0XX48) 239-5517, fax (0XX48) 239-5597.